

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 565, de 2015

**Do Sr. Deputado IZALCI
ao
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº [REDACTED] DE 2015.
(Do Sr. Izalci e outros)

Requer ao Ministro de Estado da Educação Saúde informações sobre o Documento Final do Conae-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e as políticas educacionais no Brasil.

Senhor Presidente,

Durante a votação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), esta Casa suprimiu a redação da terceira diretriz proposta para a Educação Brasileira, cujo artigo 2, inciso III, na redação original proposta pelo Ministério da Educação, continha os *leitmotivs* clássicos da ideologia de gênero: "**identidade de gênero**" e "**orientação sexual**". A casa também suprimiu, no restante do projeto, todas as demais alusões a estes termos.

Entretanto, após a Câmara e o Senado terem rejeitado deste modo a ideologia de gênero como diretriz da educação nacional, o Fórum Nacional de Educação, publicou, em novembro de 2014, o Documento Final da Conae 2014, no qual é apresentado como terceira diretriz obrigatória para o PNE, para o planejamento e para as políticas educacionais no Brasil, o texto que havia sido explicitamente rejeitado pelas duas casas do Congresso Nacional:



RM 3321/15



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

“superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual, e na garantia de acessibilidade”.

O documento ademais menciona e especifica, trinta e cinco vezes, nas suas mais de uma centena de páginas, estratégias relacionadas aos termos ***“identidade de gênero”*** e ***“orientação sexual”***, a serem executadas como sendo de responsabilidade da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. O documento mencionado está sendo utilizado, em conformidade com o mandato da lei, como subsídio para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação nos 27 Estados, no Distrito Federal e nos quase seis mil municípios brasileiros.

Deste modo, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, e dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida a Mesa, requeremos que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, no sentido de:

- fornecer esclarecimentos a esta Casa sobre as razões pelas quais o Fórum Nacional de Educação, órgão incumbido por esta Casa, em conjunto com o Ministério de Educação, de monitorar e acompanhar a execução e o cumprimento das metas do PNE (artigo 5 e artigo 6 §1 da Lei 13.005/2014), entre as quais está a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, em conjunto com a articulação das Conferências de Nacionais, Regionais, Estaduais e Municipais de Educação, está procedendo deste modo, contrariamente ao que foi determinado por esta Casa.

Outr
Ministro da Educa



2

- a apresentação das medidas que serão por adotadas imediatamente pelo Ministério para adequar-se ao que foi estabelecido pela lei, independentemente de outras medidas que serão adotadas por esta Casa para defender suas prerrogativas e coibir abusos de poder.

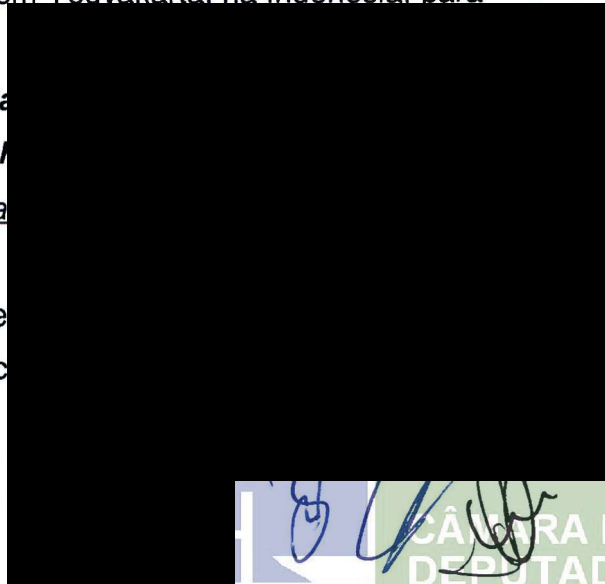
JUSTIFICAÇÃO

A ideologia de gênero adquiriu sua configuração atual no início dos anos 90, na Universidade de Berkeley, com a obra da professora Judith Butler O Problema do Gênero [Judith Butler: Gender Trouble, Feminism and the Subversion of Identity, 1990, Routledge, New York]. Logo em seguida o conceito foi arditosamente introduzido por meio do trabalho das Fundações Internacionais na Conferência sobre a Mulher promovida pela ONU em Pequim. A Conferência supostamente trataria da discriminação contra as mulheres, mas em vez de falar-se de discriminação sexual, repetiu-se mais de 200 vezes, sem definição de termos, a nova expressão "**discriminação de gênero**". Tanto na conferência como nas pré-conferências os delegados de numerosos países exigiram que o conceito de gênero fosse claramente definido antes do documento ser apresentado ou aprovado, mas as comissões responsáveis insistiram repetidas vezes que o termo era auto-evidente e não necessitaria ser definido. O conceito, porém, foi finalmente definido em 2006, quando duas ONGs européias, a **International Commission of Jurists** e a **International Service for Human Rights**, convocaram 29 especialistas de 25 países, incluindo a brasileira Sônia Correa, para uma Conferência a ser realizada em Yogyakarta, na Indonésia, para

"trazerem maior clareza sobre direitos"
<http://www.icj.org/yogyaka>

A partir de Yogyakarta foram de **"gênero"** e **"orientação sexual"**. Apesar da c

↓
 Eros



duas ONGs e não contar com delegados oficiais de nenhum país, esta tem sido mencionada, na prática, como se contivesse princípios indeclináveis de uma convenção internacional aprovado pela comunidade das nações.

A ideologia, entretanto, já havia iniciado suas construções nos anos 80, antes de Butler, quando o conceito de gênero passou a ser adotado pelo movimento marxista e feminista, que via nesta teoria uma justificação científica para as teses desenvolvidas inicialmente por Karl Marx e Friedrich Engels.

Conforme atesta uma amplíssima literatura que poucas vezes é levada ao grande público, a doutrina marxista sustenta ser impossível implantar a revolução socialista sem que antes se destrua a família. Antes mesmo que iniciasse a redação do Capital, Marx escreveu na sua obra *“A Ideologia alemã”*:

“A propriedade privada somente poderá ser suprimida quando a divisão do trabalho puder ser suprimida.

A divisão do trabalho, porém, na sua origem, não é nada mais do que a divisão do trabalho no ato sexual, que mais tarde se torna a divisão do trabalho que se desenvolve por si mesma. A divisão do trabalho, por conseguinte, repousa na divisão natural do trabalho na família e na divisão da sociedade em diversas famílias que se opõem entre si, e que envolve, ao mesmo tempo, a divisão desigual tanto do trabalho como de seus produtos, isto é, da propriedade privada, que já possui seu germe na sua forma original, que é a família, em que a mulher e os filhos são e
[Karl Marx e Friedrich Engels]

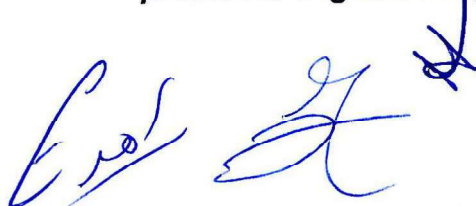
Nos últimos anos de sua vida, M
trabalhos do antropólogo americano Morgan,
recolhida finalmente no livro assinado por En



Propriedade Privada e do Estado". Nesta obra Engels, seguindo Marx, sustentava que nos primórdios da história não teria existido a instituição que hoje denominamos de família. A vida sexual era totalmente livre e os homens relacionavam-se sexualmente com todas as mulheres. Deste modo, as crianças somente conheciam quem eram as suas mães, mas não sabiam quem fossem os seus pais. Mais tarde, à medida em que a sociedade passou de caçadora a agricultora, a humanidade começou a acumular riqueza e os homens, desejando deixar as novas fortunas como herança à sua descendência, para terem certeza de quem seria o eu herdeiro, foram obrigados a forçar as mulheres a não mais se relacionarem com outros parceiros. Com isto transformaram as mulheres em propriedade sexual e assim teriam surgido as primeiras famílias, fruto da opressão do homem sobre a mulher, e com a qual se teria iniciado a luta de classes. A conclusão óbvia desta tese, afirmada como absoluta certeza, visto que confirmava as teorias já levantadas pelo jovem Marx, é que não poderia haver revolução comunista duradoura sem que a concomitante destruição da família.

As teorias de Marx sobre a família foram levadas à prática pela Revolução Leninista e aprofundadas pela Escola de Frankfurt. Fazendo um balanço sobre a revolução russa de 1917, Kate Millett escreve, em sua obra **"Sexual Politics"**:

"A União Soviética realizou um esforço consciente para eliminar o patriarcado e reestruturar a sua instituição mais básica, a família. Depois da revolução foram instituídas todas as leis possíveis para libertar os indivíduos das exigências da família: matrimônio livre e divórcio, contracepção e aborto. Contudo, as mulheres e as crianças perderam o poder econômico do homem. Na sociedade socialista, a família continuou a existir sob as próprias linhas sob a égide da liberdade. Todas as providências foram tomadas para promover a igualdade por



com tudo isso, a experiência soviética falhou e foi abandonada. Nos anos trinta e quarenta a sociedade soviética voltou a assemelhar-se às sociedades patriarcais reformadas dos países ocidentais.”

[Kate Millett: *Sexual Politics*, 1969, Rupert Hart-Davis, London].

Nos anos 30 a Escola de Frankfurt aprofundou a ligação entre a revolução marxista e a destruição da família. A revolução, segundo escreve Karl Korsch no livro **“Marxismo e Filosofia”**, obra que deu início à Escola de Frankfurt, deve dar-se no nível econômico, mas as superestruturas política e cultural impedem a reestruturação econômica que se inauguraria com a implantação da ditadura do proletariado. Conseqüentemente, para possibilitar a revolução socialista, é necessário desenvolver concomitantemente um amplo trabalho de destruição da política e da cultura.

O modo pelo qual seria possível destruir a cultura para possibilitar a revolução socialista foi detalhadamente exposto por Max Horkheimer, o principal dirigente da Escola de Frankfurt, no seu ensaio **“Autoridade e Família”**, publicado 1936. Segundo ele, o que impede a destruição da cultura é a autoridade, e o que condiciona nos homens a autoridade é precisamente a família:

“entre as relações que influem decididamente no modelamento psíquico dos indivíduos, a família possui uma significação de primeira magnitude. A família é o que dá à vida social a indispensável capacidade para a conduta autoritária de que depende a existência da ordem burguesa” [Max Horkheimer: *Autoridade e Família*, 1936, republicado posteriormente in *Teoria Crítica*, 1968].

Segundo Horkheimer, a capacidade da família em impor autoridade é tão notável que chega ao ponto de tornar impensáveis as relações sexuais entre



mãe e filhos e entre irmãos e irmãs, apesar destes indivíduos de sexos diferentes passarem anos seguidos vivendo debaixo do mesmo teto, algo simplesmente inconcebível se não ocorresse dentro da estrutura ambiente familiar:

“não somente a vida sexual dos esposos se cerca de segredo diante dos filhos, como também da ternura que o filho experimenta para com a mãe deve ser proscrito todo impulso sexual; ela e a irmã têm direito apenas a sentimentos puros, a uma veneração e uma estima imaculadas”

[Max Horkheimer: Autoridade e Família, 1936, in Teoria Crítica, 1968].

Assim, afirma Horkheimer:

“a subordinação ao imperativo categórico do dever foi, desde o início, o fim consciente da família burguesa. Os países que passaram a dirigir a economia, principalmente a Holanda e a Inglaterra, dispensaram às crianças uma educação cada vez mais severa e opressora. A família destacou-se sempre com maior importância na educação da submissão à autoridade. A força que o pai exerce sobre o filho é apresentada como relação moral, e quando a criança aprende a amar o seu pai de todo o coração, está na realidade recebendo sua primeira iniciação na relação burguesa de autoridade. Obviamente estas relações não são conhecidas em suas verdadeiras causas sociais, mas encobertas por ideologias religiosas e metafísicas que as tornam incompreensíveis e fazendo parecer a família como algo ideal até mesmo em uma modernidade em que, comparada com as possibilidades pedagógicas da sociedade, a família somente oferece condições



[Handwritten signatures and marks in blue ink, including a large circle around a signature and a checkmark.]

miseráveis para a educação humana. Na família, o mundo espiritual em que a criança cresce está dominada pela idéia do poder exercido de alguns homens sobre os outros, pela idéia do mandar e do obedecer”

[Max Horkheimer: Autoridade e Família, 1936, in Teoria Crítica, 1968].

Mas se a revolução russa e a Escola de Frankfurt apontaram claramente o motivo pelo qual a destruição da família seria tão central para o êxito da revolução socialista, não explicaram, todavia, como esta deveria ser realizada. De fato, como já notamos, apesar de todo o empenho e recursos utilizados, nem a revolução russa conseguiu dissolver a família. Nos anos 70, Kate Millett, a mesma que acabamos de mencionar, assim explicava as causas pelas quais Lênin não havia conseguido abolir a família:

“A causa mais profunda para isto reside no fato de que, além da declaração de que a família compulsória estava extinta, a teoria Marxista falhou ao não oferecer uma base ideológica suficiente para uma revolução sexual e foi notavelmente ingênua em relação à força histórica e psicológica do patriarcado. Engels havia escrito apenas sobre a história e a economia da família patriarcal, mas não investigou os hábitos mentais nela envolvidos, e até mesmo Lenin admitiu que a revolução sexual não era adequadamente compreendida. Com efeito, no contexto de uma política sexual, as transformações verdadeiramente revolucionárias deveriam ser a influência, à escala política, sobre as relações entre os sexos. Justamente porque o período em questão não viu concretizar-se as transformações radicais que parecia prometer, conviria definir aquilo que deveria ser uma revolução sexual bem sucedida. Uma revolução sexual



exigiria, antes de tudo o mais, o fim das inibições e dos tabus sexuais, especialmente aqueles que mais ameaçam o casamento monogâmico tradicional: a homossexualidade, a ilegitimidade, as relações pré-matrimoniais e na adolescência. Isto permitiria uma integração de subculturas sexuais, uma assimilação de ambos os lados da experiência humana até aqui excluídos da sociedade. Da mesma forma, seria necessário reexaminar as características definidas como masculinas e femininas. O desaparecimento do papel ligado ao sexo e a total independência econômica da mulher destruiriam ao mesmo tempo a autoridade e a estrutura econômica. Parece improvável que tudo isto possa acontecer sem um efeito dramático sobre a família patriarcal”

[Kate Millett: Sexual Politics, 1969, Rupert Hart-Davis, London].

Logo após Kate Millett haver escrito estas linhas, cientistas e filósofos começaram a desenvolver aquilo que é considerado, pelo menos até o momento, como a solução definitiva para o problema da família. Não é nada mais do que aquilo que hoje conhecemos como ideologia de gênero. O conceito de gênero foi desenvolvido pela primeira vez no final dos anos 60 pelo Dr. John Money, psicólogo neozelandês professor na John Hopkins University de Baltimore.

Dr. Money sustentou que a identidade de gênero é determinada pela própria sexualidade, à qual deve ser dada a educação recebida e poderia ser alterada. Ele citou o caso de um recém nascido que havia sido criado como um irmão gêmeo univitelino, Moisés, e educassem o primeiro como menino e o segundo como menina. Se eles soubessem de suas diferen

h
Erol

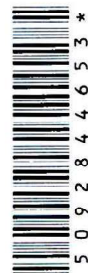
completamente, uma vez que o gêmeo que havia sido educado para ser mulher, desde tenra idade, rasgava seus vestidos femininos, mais tarde passou a acusar os pais de lavagem cerebral e, por volta dos quinze anos, ameaçou suicidar-se se não lhe permitissem comportar-se como homem. John Money, entretanto, publicava diversos trabalhos na literatura especializada considerando a experiência como um sucesso e a comprovação definitiva da teoria de gênero.

Até poucos anos atrás a palavra gênero significava a atribuição de um caráter masculino ou feminino a classes de palavras tais como os substantivos e adjetivos. Dizia-se que uma palavra seria masculina, feminina ou neutra, ainda que o objeto correspondente, como um caderno ou uma mesa, não fosse um ente sexuado. Na língua inglesa, o termo correspondente **'gender'**, poderia ainda, secundariamente, ser entendido como sinônimo genérico de sexo; neste outro sentido, gênero poderia ser tanto o sexo masculino ou feminino, sem especificação. Mas, graças ao trabalho do Dr. John Money, o termo passou a perder este sentido secundário de sexo em geral, desvinculou-se da biologia e passou a referir-se a um papel socialmente construído. Assimilado, logo em seguida, durante a década dos anos 80, pelas teóricas do feminismo, passou a ser utilizado pelo movimento feminista para promover a revolução marxista.

Foi, porém, Judith Butler quem apresentou, no início dos anos 90, o conceito filosófico moderno de gênero, sob a forma que poderia ser aplicado, através do movimento feminista, para conduzir à destruição da família, necessária para promover a revolução socialista. Segundo Butler, quando as feministas se pensam a si mesmas como mulheres, já estão com isto, construindo um discurso que as impedem de emancipar-se dos homens. As feministas não deveriam mais falar da mulher como sujeito do seu movimento, mas deveriam, em vez disso, substituir tanto a feminilidade como a masculinidade pelo conceito amorfo e variável de gênero. Conforme explicado em sua obra **"O Problema do Gênero"**,

*"Durante a
supôs qu*

[Handwritten signatures in blue ink]



entendida através da categoria da mulher, que constituía o sujeito para o qual se construía a representação política. Mas recentemente esta concepção da relação entre a teoria feminista e a política foi questionada a partir de dentro do próprio discurso feminista. O próprio sujeito "mulher" não pode ser mais entendido em termos estáveis ou permanentes. Há uma farta literatura que mostra que há muito pouco acordo sobre o que constitui, ou deveria constituir, a categoria "mulher". O filósofo Michel Foucault mostra que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que eles em seguida passam a representar. Nestes casos, recorrer não criticamente a um sistema como este para emancipar as mulheres é obviamente auto sabotador. A denúncia de um patriarcado universal não goza mais da mesma credibilidade de outrora, mas é muito mais difícil desconstruir a noção de uma concepção comum de mulher, que é consequência do quadro do patriarcado. A construção da categoria "mulher" como um sujeito coerente é, no fundo, uma reificação de uma relação de gênero. E esta reificação é exatamente o contrário do que pretende o feminismo. A categoria "mulher" alcança estabilidade e coerência somente no

feminismo somente poderá fazer sentido se o sujeito “mulher” não for assumido de nenhum modo”

[Judith Butler: *Gender Trouble, feminism and the subversion of identity*, 1990, Routledge, New York].

A idéia de que, para a revolução socialista seria necessário que as mulheres não mais se assumissem como mulheres não era nova nos anos 90. A novidade introduzida por Butler está no *modus operandi* através do conceito de ‘gênero’. Segundo Butler, a transição seria politicamente possível através da introdução do conceito de gênero inicialmente desenvolvido por Money. Mas a idéia de fundo já estava plenamente desenvolvida alguns anos antes de Butler, embora sem a intermediação do conceito de gênero, na obra “*A Dialética do Sexo*”, da feminista marxista Shulamith Firestone:

“Para falar sobre as alternativas revolucionárias, é necessário começar por dizer que as mulheres, no plano biológico, são diferenciadas dos homens. A natureza produziu a desigualdade fundamental, que foi, mais tarde, consolidada e institucionalizada, em benefício dos homens. As mulheres eram a classe escrava que mantinha a espécie, a fim de que a outra metade fosse liberada para o trabalho, admitindo-se os aspectos escravizantes disso, mas salientando todos os aspectos criativos.

Esta divisão natural do trabalho continuou somente à custa de um grande sacrifício cultural: os homens e as mulheres desenvolveram apenas uma metade de si mesmos, em prejuízo da outra metade. A divisão da psique em masculina e feminina, estabelecida com o fim de reforçar a divisão em função da reprodução, resultou trágica. A hipertrofia do racionalismo do impulso agressivo e a atrofia da sensibilidade emocional nos



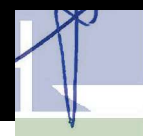
* C D 1 5 5 0 9 2 8 4 4 6 5 3 *

homens resultaram em guerras e em desastres culturais. O emocionalismo e a passividade das mulheres aumentou o seu sofrimento. Sexualmente os homens e as mulheres foram canalizados para uma heterossexualidade altamente organizada, nos tempos, nos lugares, nos procedimentos e até nos diálogos.

Deve-se, portanto, propor, em primeiro lugar, a distribuição do papel da nutrição e da educação das crianças entre a sociedade como um todo, tanto entre os homens, quanto entre as mulheres. Estamos falando de uma mudança radical. Libertar as mulheres de sua biologia significa ameaçar a unidade social, que está organizada em torno da sua reprodução biológica e da sujeição das mulheres ao seu destino biológico, a família.

Em segundo lugar, a segunda exigência será a total autodeterminação, incluindo a independência econômica, tanto das mulheres quanto das crianças. É por isso que precisamos falar de um socialismo feminista. Com isso atacamos a família em uma frente dupla, contestando aquilo em torno de que ela está organizada: a reprodução das espécies pelas mulheres, e sua conseqüência, a dependência física das mulheres e das crianças. Eliminar estas condições já seria suficiente para destruir a família, que produz a psicologia do poder. Contudo, nós a destruiremos ainda mais.

*é
sá
s
de
s
p*



primeira vez possível a liberdade sexual "natural". Assim, chegaremos, em quarto lugar, à liberdade sexual para que todas as mulheres e crianças possam usar a sua sexualidade como quiserem. Não haverá mais nenhuma razão para não ser assim. Em nossa nova sociedade a humanidade poderá finalmente voltar à sua sexualidade natural "polimorficamente diversa". Serão permitidas e satisfeitas todas as formas de sexualidade. A mente plenamente sexuada tornar-se-ia universal"
 [Shulamith Firestone: *The Dialectic of Sex*, 1970, Bantam Books, New York].

Faltava ainda, entretanto, o mais importante para que a idéia se tornasse realidade política. Havia o problema prático de como introduzir estas idéias, e especialmente a idéia de gênero, já identificada como capaz de conduzir a humanidade à **"mente polimorficamente sexuada que destruiria a família"**, para arena política. Tal como formuladas por Shulamith Firestone e Judith Butler, estas idéias não eram politicamente viáveis e somente um pequeno punhado de revolucionárias radicais seriam capazes de aceitá-las. O dilema foi finalmente resolvido na Conferência da ONU, realizada em Pequim no ano de 1995, para tratar sobre a discriminação contra as mulheres.

A Conferência de Pequim estava programada para discutir e aprofundar a **"Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher"**, já aprovada em 1979 pela Assembleia Geral da ONU. A comissão organizadora da Conferência de Pequim, habilmente substituiu no documento a ser debatido os conceitos de **'mulher'** e **'discriminação contra a mulher'** por **'gênero'** e **'discriminação de gênero'**, mas de tal modo que, no contexto do documento, todas estas expressões pareceriam significarem sinônimos. As palavras foram deliberadamente utilizadas para sugerir que **"gênero"** seria apenas um sinônimo elegante para **"sexo"**. Se a introdução das novas expressões pudesse ser aceita em um documento oficial da ONU, isto permitiria que, anos mais tarde, gradualmente se passasse a afirmar-se que as expressões aprovadas e não definidas para **'gênero'** na realidade não



eram sinônimas de 'sexo'. Sufocava-se, progressivamente, que masculino e feminino não seriam sexos, mas gêneros, e que, neste sentido, tanto o masculino como o feminino não seriam realidades biológicas, mas construções meramente culturais que poderiam e deveriam ser modificadas pela legislação até obter não apenas a completa eliminação de todas as desigualdades entre os gêneros, mas o próprio reconhecimento legal da não existência de gêneros enquanto construções definidas e distintas. Neste sentido, não existiria uma forma natural de sexualidade humana e fazer da heterossexualidade uma norma não seria mais do que reforçar os papéis sociais de gênero que Marx e Engels apontaram como tendo sido a origem opressão de uma classe por outra e que estariam na raiz de todo o sofrimento humano.

A Conferência de Pequim foi a segunda, na história da ONU, logo após a Conferência Populacional do Cairo realizada um ano antes, em que um grande quantidade de ONGs foram convidadas a participar oficialmente com um número de representantes muito superior aos dos delegados das nações, que continuavam sendo os únicos com direito a voto. A diferença numérica e a preparação superior dos representantes das ONGs a respeito dos temas tratados, paradigma que continua até hoje e que a própria ONU recomenda que seja adotada pelos governos das nações membros, fez com que, já nas conferências preparatórias para a Conferência principal a ser realizada em Pequim, em vez deter-se na questão da discriminação contra a mulher, objetivo inicial do evento, passou-se a deslocar o foco para a questão, inicialmente aparentemente indiferenciada, da discriminação de gênero. No início os delegados das nações, não acostumados com a expressão, julgavam que gênero fosse um sinônimo mais elegante para a palavra sexo. Mas na última Conferência Preparatória realizada em Nova York, quando os delegados finalmente chegaram à clareza suficiente para poder expressar verbalmente as suas dúvidas e exigir que a palavra 'gênero' fosse oficialmente definida, a coordenação da conferência divulgou a seguinte declaração:

***"Gênero refere-se às re
com base em papéis***



* C D 1 5 5 0 9 2 8 4 4 6 5 3 *

atribuídos a um ou outro sexo [Dale O'Leary: *The Gender Agenda, Redefining Equality*, 1997, Vital Issues Press, Lafayette, Louisiana].

Em vez de resolver o problema, tal declaração somente serviu para criar mais confusão. Ficava claro que gênero não era sinônimo de sexo, mas não era claro quais as implicações que o conceito poderia conter. Ao passarem a exigir uma definição formal de gênero que pudesse ser incorporada oficialmente ao texto da Conferência e votado sem ambigüidades, os proponentes se defrontaram com uma inesperada e bem organizada oposição. As ONGs feministas, representadas pela Sra. Bella Abzug, contestaram que a Conferência jamais daria uma definição formal de gênero, porque o que realmente estava sendo pretendido ao exigir-se tal definição seria

“o confinamento e a redução das mulheres às suas características físicas. A palavra gênero significa que o status e os papéis das mulheres e dos homens são socialmente construídos e passíveis de modificação. As mulheres não voltarão a se subordinar a seus papéis inferiores”

[Dale O'Leary: *The Gender Agenda, Redefining Equality*, 1997, Vital Issues Press, Lafayette, Louisiana].

A delegação dos Estados Unidos, além disso, da qual participava Hillary Clinton, na época esposa do presidente do país, afirmou que não seria favorável a uma definição formal de gênero, o que somente traria ***“complicações positivas”***. A própria coordenação da Conferência acabou afirmando que

“gênero não tem definição, e não necessita de tê-la”
[Dale O'Leary: *The Gender Agenda, Redefining Equality*, 1997, Vital Issues Press]

O que verdadeiramente está acontecendo é que o conceito de **'gênero'** está sendo utilizado para promover uma revolução cultural sexual de orientação neo-marxista com o objetivo de extinguir da textura social a instituição familiar. Na submissão do feminino ao masculino através da família, Marx e Engels enxergaram o protótipo de todos os subseqüentes sistemas de poder. Se esta submissão é conseqüência da biologia, não há nada a que se fazer. Mas se ela é uma construção social, ou um gênero, então, a longo prazo, ela poderá ser modificada até chegar-se à uma completa igualdade onde não haverá mais possibilidade de opressão de gênero, mas também onde não haverá mais famílias, tanto as heterossexuais como demais famílias alternativas. Neste contexto a educação caberia como uma tarefa exclusiva do Estado, e não existiria mais traços diferenciais entre o masculino e o feminino. Em um mundo de genuína igualdade, segundo esta concepção, todos teriam que ser educados como bissexuais e a masculinidade e a feminilidade deixariam de ser naturais.

A essência da questão foi muito bem exposta pelo Padre José Eduardo de Oliveira, professor de Teologia Moral, em uma entrevista concedida à agência Zenit e recentemente publicado em livro intitulado **"Caindo no Conto de Gênero"**:

"Sintetizando em poucas palavras, a ideologia de gênero consiste no esvaziamento jurídico do conceito de homem e de mulher, e as conseqüências são as piores possíveis. Conferindo status jurídico à chamada "identidade de gênero" não há mais sentido falar em "homem" e "mulher"; falar-se-ia apenas de "gênero", ou seja, a identidade que cada um criaria para si.

Portanto, não haveria sentido em falar de casamento entre um "homem" e uma "mulher", já que são variáveis totalmente indefinidas. Mas, do mesmo modo, não haveria mais sentido falar em "homossexual", pois a homossexualidade consiste, por exemplo, num "homem" relacionar-se sexualmente com outro

"homem". Todavia, para a ideologia de gênero o "homem 1" não é "homem", nem tampouco o "homem 2" o seria. Em poucas palavras, a ideologia de gênero está para além da heterossexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade, da transexualidade, da intersexualidade, da pansexualidade ou de qualquer outra forma de sexualidade que existir. É a pura afirmação de que a pessoa humana é sexualmente indefinida e indefinível. Os ideólogos de gênero, às escondidas, devem rir às pencas das feministas. Como defender as mulheres, se elas não são mulheres? Qual seria o objetivo, portanto, da "agenda de gênero"? O grande objetivo por trás de todo este absurdo - que, de tão absurdo, é absurdamente difícil de ser explicado - é a pulverização da família com a finalidade do estabelecimento de um caos no qual a pessoa se torne um indivíduo solto, facilmente manipulável. A ideologia de gênero é uma teoria que supõe uma visão totalitarista do mundo"

[Padre José Eduardo Oliveira: Caindo o Conto do Gênero, entrevista à Zenit, in <http://www.zenit.org/pt/articles/caindo-no-conto-do-genero>].

Portanto, a curto prazo, a substituição da luta contra a discriminação da mulher pela luta contra a discriminação de gênero desvirtua o foco pela luta a favor da mulher. A literatura especializada aponta vários problemas imediatos em confundir a discriminação contra a mulher com a discriminação de gênero:

**"Apesar de ter suas raízes no feminismo socialista, a análise de gênero têm se tornado um discurso tecnocrático, dominado por pesquisadores, políticos e assessores, que não m
específicos da subordina**

gênero, em vez de nas mulheres, está se tornando contra-produtivo, uma vez que permite a discussão deslocar seu foco das mulheres para as mulheres e os homens e, finalmente, de volta para os homens. O novo vocabulário de gênero está sendo usado em algumas organizações para negar que existam desvantagens específicas das mulheres e, portanto, a necessidade de medidas específicas que poderiam solucionar estas desvantagens”

[Baden and Goetz: “Who needs sex when you can have gender?”, Feminist Review, 56, 1997].

Foi com base nestes motivos que o Senado Nacional, ao votar o Projeto de Lei 8035/2010, de autoria do Poder Executivo, que ***“aprovava o Plano Nacional de Educação [PNE] para o decênio 2011-2020 e dá outras providências”, verificou que o projeto havia sido enviado à casa contendo duas passagens que empregavam a terminologia própria da ideologia de gênero. A primeira era o inciso III do artigo 2º:***

Art. 2º São diretrizes do PNE:

[...]

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

A segunda era a Estratégia 3.12 da Meta 3:

3.12) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

O Senado Federal, em dezembro de 2013, aprovou um substitutivo (PLC 103/2012) que eliminou toda essa linguagem ideológica. O inciso III do artigo 2º ficou assim:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

[...]

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

A Estratégia 3.12 da Meta 3 foi renumerada para 3.13 e recebeu a seguinte redação:

3.13) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

Retornando à Câmara, as modificações foram confirmadas em votação ocorrida no dia 22 de abril de 2014 e sancionadas pela presidência em 25 de junho de 2014.

Deste modo, a Lei 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), determina, em seu art. 2, inc. III, que são diretrizes do PNE

"a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação".

A redação que foi aprovada, tanto pela Câmara como pelo Senado, com o objetivo de derrubar a redação inicialmente proposta pelo MEC, que propunha a ideologia de gênero como diretriz

É assim no mínimo surpreendente que o Fórum Nacional de Educação (FNE), órgão do Poder Executivo Federal, criado pela Conferência Nacional de Educação de 2010 e instituído no âmbito do Ministério da Educação pela Portaria n. 1.407/2010 e pela Lei Federal n. 13.005/2014, cujo art. 6, parágrafo 1, inc. I, estabelece ser atribuição do FNE **“acompanhar a execução do PNE e o cumprimento de suas metas”**, publique em novembro de 2014, assinado pelo Sr. Francisco das Chagas Fernandes e mais dezenas de organizações, como **“passo conquistado na articulação da Educação Nacional como política de Estado resultado de profícua parceria com o Congresso Nacional e a sociedade civil”** [página 8] , o Documento Final da Conferência Nacional de Educação de 2014 que re-introduz a ideologia de gênero como diretriz da educação brasileira exatamente nos termos em que foi rejeitado pelo Congresso Nacional.

O Fórum Nacional de Educação (FNE) se apresenta no documento como **“órgão de Estado criado pela Conferência Nacional de Educação de 2010 (Conae 2010) e instituído no âmbito do Ministério da Educação pela Portaria nº 1.407/2010 e pela Lei nº 13.005/2014 (PNE 2014-2024) que tem como atribuição planejar, organizar e coordenar as edições da Conferência Nacional de Educação”**, para em seguida **“convocar toda a sociedade para acompanhar a implementação das deliberações da Conae 2014 registradas neste documento para a implementação do Plano Nacional de Educação e elaboração e execução dos planos municipais, estaduais e do Distrito Federal de educação correspondentes”** [ibidem, pág. 8].

Em seguida o documento editado pelo FNE apresenta a norma do Plano Nacional de Educação, não com a redação constante da Lei n. 13.005/2014, aprovada pelo Congresso e sancionada pela presidente da República, mas com a redação expressamente rejeitada pelo Poder Legislativo. De fato, lemos

nas páginas 18 e 19 do seg



"Em consonância com estes princípios, o PNE, o planejamento e as políticas no Brasil, devem orientar-se pelas seguintes diretrizes:

[...]

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual, e na garantia de acessibilidade".

Como desdobramento deste princípio, apresentado como norma legal, embora explicitamente rejeitado pelo Congresso, o restante do documento desenvolve nas suas mais de uma centena de páginas como o sistema escolar deverá **"promover a diversidade de gênero"** (pg. 25) , **"disseminar materiais pedagógicos que promovam a igualdade de gênero, orientação sexual e identidade de gênero"** (pg. 36), **"desenvolver, garantir e executar anualmente nos sistemas de ensino Fóruns de Gênero"** (pg. 41), **"inserir na avaliação de livros critérios eliminatórios para obras que veiculem preconceitos ao gênero, orientação sexual e identidade de gênero"** (pg. 42), **"garantir condições institucionais para a promoção da diversidade de gênero e diversidade sexual"** (pg. 43), **"elaborar diretrizes nacionais sobre gênero e diversidade sexual na educação básica e superior"** (pg. 45), **"ampliar os programas de formação continuada dos profissionais de educação sobre gênero, diversidade e orientação sexual"** (pg. 92), apresentados como metas obrigatórias em virtude de uma norma legal do PNE que foi, na realidade, explicitamente rejeitada pelo Congresso.

20 MAIO 2015

Sala das Sessões, em de maio de 2015.

Deputado IZALCI
(PSDB/DF)



NGPS.2015.05.19

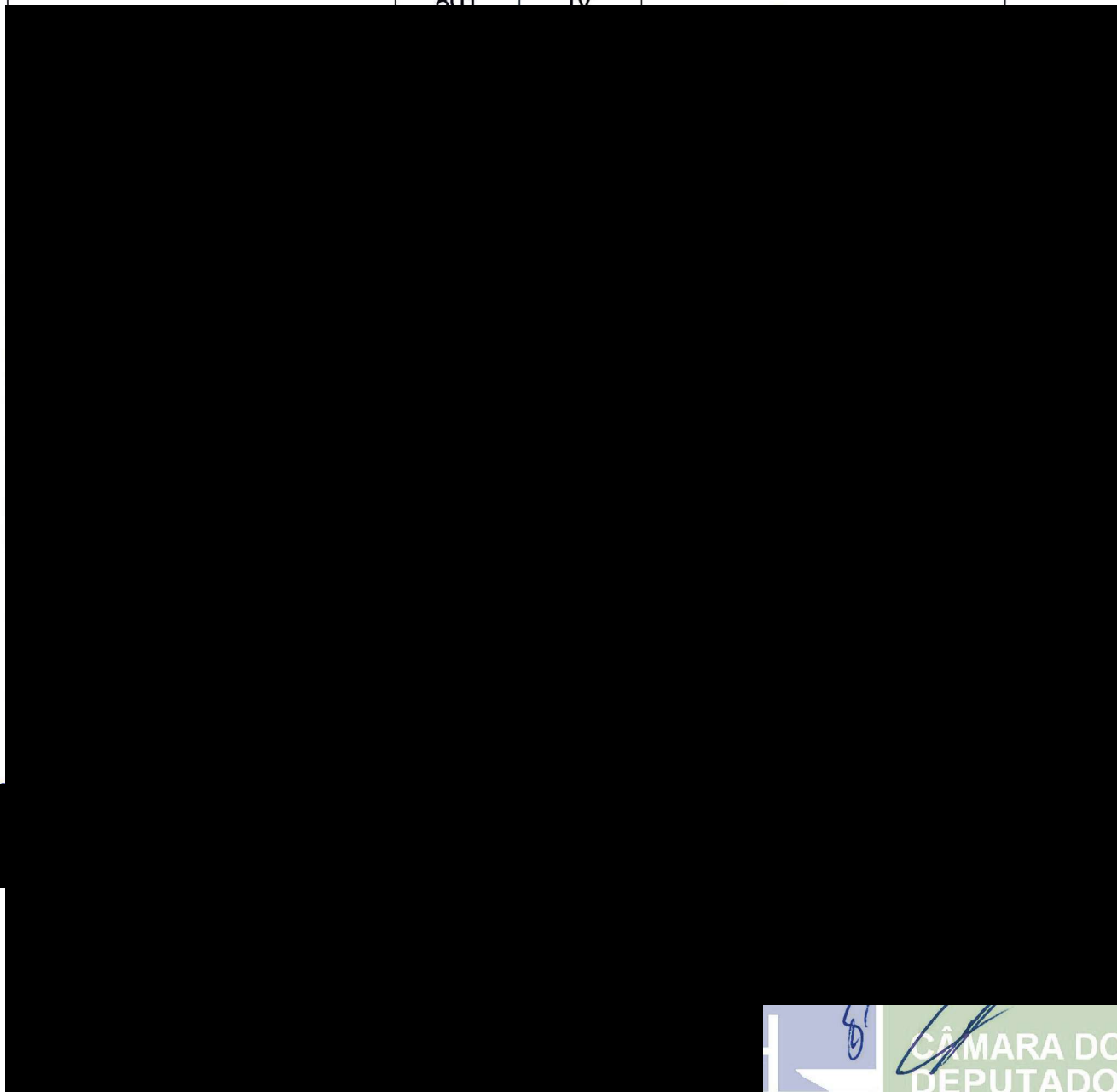
APOIMENTOS:



APOIAMENTO AO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Ementa: Requer ao Ministro de Estado da Educação Saúde informações sobre o Documento Final do Conae-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e as políticas educacionais no Brasil.

Nome do Deputado(a)	Gabinete	Anexo	Assinatura
PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE	432	IV	
LELO COIMBRA	801	IV	



APOIAMENTO AO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Ementa: Requer ao Ministro de Estado da Educação Saude informações sobre o Documento Final do Conae-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e as políticas educacionais no Brasil.

Nome do Deputado(a)	Gabinete	Anexo	
[REDACTED]	609	4	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	4	[REDACTED]

*** *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

25/05/2015
10:59

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Waldir Maranhão, Primeiro Vice-Presidente.

RIC 565/2015 - do Sr. Izalci - que "Requer ao Ministro de Estado da Educação Saúde informações sobre o Documento Final do Conae-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e as políticas educacionais no Brasil. "

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 565/2015

Autor: Deputado Izalci - PSDB/DF, Cesar Souza - PSD/SC, Diego Garcia - PHS/PR, Eduardo Cury - PSDB/SP e outros

Destinatário: Ministro de Estado da Educação

Assunto: Requer ao Ministro de Estado da Educação informações sobre o Documento Final do Conae-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e as políticas educacionais no Brasil.

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, em 27/5 / 2015.

Dep

O

Relator



RIC 565/2015

Autor: Izalci

**Data da
Apresentação:** 20/05/2015

Ementa: Requer ao Ministro de Estado da Educação Saúde informações sobre o Documento Final do Conae-2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e as políticas educacionais no Brasil.

**Forma de
Apreciação:**

**Texto
Despacho:** Aprovação pelo Presidente, Dep. Eduardo Cunha, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Waldir Maranhão, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

**Regime de
tramitação:**

Em 28/05/2015


EDUARDO CUNHA
Presidente



471B9E3957



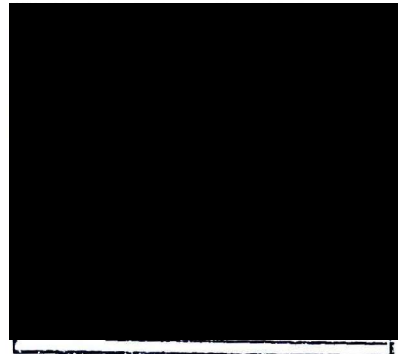


CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 896 /15

Brasília, 26 de junho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
RENATO JANINE RIBEIRO
Ministro de Estado da Educação



Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 591/2015	Comissão De Seguridade Social E Família
Requerimento de Informação nº 597/2015	Cabuçu Borges
Requerimento de Informação nº 565/2015	Izalci
Requerimento de Informação nº 570/2015	Jorge Boeira
Requerimento de Informação n.º 623/2015	Raul Jungmann

Atenciosamente,


Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/jmv

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a associação ou ocorrência de intarções de conteúdo de ordem digital, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/10/2012 do Poder Executivo	
Em	21 / 7 / 15 às 16 h 16
Assessor	120537
Portador	José Ricardo

Ofício nº 118 /2015-GM/MEC

Brasília, 21 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
BETO MANSUR
Primeiro-Secretário
Deputado Federal
Câmara dos Deputados

**Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 896/15. Requerimento de
Informação nº 565/2015, de autoria do Deputado Federal Izalci.**

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 896/15, de 26 de junho de 2015, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 565/2015, de autoria do Deputado Federal Izalci, encaminho a Vossa Excelência cópia da Nota Técnica nº 497/2015-SASE/MEC, de 26 de junho de 2015, da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – SASE, deste Ministério, em que constam os esclarecimentos solicitados sobre o documento final da Conferência Nacional de Educação de 2014 – CONAE 2014.
2. Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,



RENATO JANINE RIBEIRO
Ministro de Estado da Educação

[REDACTED]



ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS
DO ALPACATE

CONSULTORIA JURÍDICA
MEC
REVISÃO
HELENA [REDACTED]



CÂMARA DOS
DEPUTADOS



Ministério da Educação
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO

Nota Técnica nº 497/2015 – SASE/MEC

Assunto: O Deputado Federal Izalci Lucas, do PSDB-DF, apoiado por oito deputados, requer ao Ministro da Educação informações sobre o Documento Final da Conferência Nacional de Educação de-2014 (CONAE 2014), no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Requerimento de Informação Nº 565 de 2015, de autoria do Deputado Federal Izalci Lucas, do PSDB-DF, apoiado por oito parlamentares, encaminhado à Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino/SASE/MEC, por meio do DESPACHO – ASPAR/GM/MEC Nº 106/2015, 29 de maio de 2015.
2. O Requerimento de Informação requer ao Ministro da Educação informações sobre o Documento Final da Conferência Nacional de Educação 2014 (CONAE 2014), que foi “assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, como passo na articulação da educação nacional como política de Estado, no qual define, contrariamente ao que foi estabelecido durante a votação do PNE nesta casa, a ideologia de gênero como diretriz obrigatória para o PNE, o planejamento e as políticas educacionais no Brasil” (fls 1), temos a expor o que se segue.

ANÁLISE TÉCNICA

3. No parágrafo segundo do requerimento consta que a proposição foi formulada com base no Documento Final da CONAE 2014, publicado em novembro de 2014, pelo Fórum Nacional de Educação (FNE).
4. A CONAE 2014, cujo tema foi “O (Plano Nacional de Educação) PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”, convocada pela Portaria nº 1.410, de 03/12/2012, estava prevista para ser realizada no período de 17 a 21/02/2014, mas foi adiada para o período de 19 a 23/11/2014, conforme Portaria do MEC nº 232, de 14/03/2014.
5. As Conferências de Educação, entre elas a etapa nacional - CONAE 2014, previstas no Art. 6º da portaria de convocação, são espaços democráticos para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. A CONAE 2014 foi precedida por conferências municipais, estaduais e distrital, seguindo os moldes da CONAE 2010, sendo facultada aos municípios a organização de conferências intermunicipais. Foram, também, realizadas conferências livres organizadas com ampla participação da sociedade, de forma presencial ou digital, e não tiveram caráter deliberativo.
6. De acordo com a Portaria nº 1.410/2012, em seu Art. 7º, ficou atribuído ao Fórum Nacional de Educação (FNE) a responsabilidade de, entre outras, coordenar, supervisionar e realizar a CONAE e a elaboração de seus documentos. O FNE é um espaço inédito de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, reivindicado historicamente pela comunidade educacional e composto por 50 entidades representantes da sociedade civil.



EM BRANCO





Ministério da Educação
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO

7. Registra-se que o FNE foi criado pela Portaria nº 1.407/2010, alterado pela Portaria nº 502/2012, e instituído pela Lei nº 13.005/2014, em seu art. 6º, mesmo dispositivo que institui as conferências nacionais de educação e determina que essas sejam articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação.
8. Assim, no ano de 2012, dando início ao trabalho de organização da Conferência, o FNE elaborou o Documento-Referência que, em 2013, foi submetido às conferências preparatórias municipais e/ou intermunicipais. Após, as contribuições foram submetidas às conferências distrital e estaduais de educação. Ao final, os responsáveis pelas 27 conferências inseriram no sistema de relatoria as emendas ao texto e novos parágrafos no Documento-Referência.
9. Dessas etapas, participaram aproximadamente 3.6 milhões de pessoas e, no sistema de relatoria, foram cadastradas em torno de 30.000 propostas.
10. Ainda em 2013, a Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização do FNE consolidou as contribuições no Documento-Base, constituído dos Volumes I e II, sendo Volume I: emendas e novas propostas aprovadas em cinco ou mais conferências estaduais/distrital; Volume II: emendas aprovadas em menos de cinco conferências estaduais ou distrital, mas consideradas pelo FNE como passíveis de destaque.
11. Esses dois volumes, elaborados no final de 2013, nutriram os debates da etapa nacional da CONAE 2014 e, conseqüentemente, as decisões foram tomadas com base em seu conteúdo.
12. Merece destaque nessa breve linha do tempo que, em 15/12/2012 – com base nas conclusões da CONAE 2010, realizada de 28/03/2010 a 1º/04/2010 –, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, encaminharam ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do PNE 2011-2020. Após três anos e meio de tramitação no Congresso, em 25/06/2014, a presidenta Dilma Roussef sancionou o PNE sem vetos.

CONCLUSÃO

13. Uma das principais finalidades da CONAE é aglutinar atores sociais e entidades educacionais para definir o que a sociedade brasileira deseja para a política educacional. As Conferências de Educação são consideradas espaços plurais e de participação da sociedade, previstas em lei, mas não são conferências do governo federal ou do Ministério da Educação. São processos democráticos e criteriosos, mas não têm caráter mandatório sobre as iniciativas de governo.
14. Vale registrar que, após a publicação do PNE, o Ministério da Educação, imbuído no cumprimento de suas responsabilidades, vem dando prioridade e centralidade ao PNE nos seus instrumentos de planejamento e de gestão. Dessa forma, o desenho do Planejamento Estratégico, a elaboração do Plano Plurianual, a atualização do Plano de Ações Articuladas, entre outros, têm como finalidade dar materialidade às inúmeras tarefas que competem ao MEC no cumprimento da Lei nº 13.005/2014.
15. O MEC vem construindo inúmeras pactuações com vistas a assegurar o direito humano à educação de qualidade, tarefa para a qual coopera junto aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que, por sua vez, têm suas responsabilidades e desafios mais imediatos em cada território, expressos em seus próprios planos de educação, construídos e aprovados em leis específicas e de forma autônoma e esclarecida.
16. Ademais, temos desenvolvido um conjunto de ações previstas no PNE. Como exemplo, para que os estados, o Distrito Federal e os municípios elaborem e aprovem, até 24 de junho de 2015 (art. 8º do PNE), seus planos com metas articuladas às metas nacionais, o Ministério da Educação, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e com a União Nacional



EM BRANCO





Ministério da Educação
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO



dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), criou uma Rede de Assistência Técnica, que vem atuando junto às Comissões Coordenadoras representativas de cada ente subnacional.

17. No contexto das orientações do MEC sobre a construção dos planos de educação, as Conferências são consideradas espaços de participação da sociedade na construção de novos marcos para as políticas da área educacional. Seus conteúdos serão apropriados nos termos das leis que aprovarem os respectivos planos, que não estão sob a governabilidade ou tutela do Ministério.

18. Os estados, o Distrito Federal e os municípios, ao elaborarem os respectivos planos de educação, dispõem de inúmeros instrumentos de referência, que enquanto insumos para uma tarefa tão complexa a de construir planos de educação) serão apropriados em cada realidade de maneira livre, e, certamente, em estrita observância das leis.

19. Reforça-se que o princípio e o propósito deste Ministério em relação ao PNE é pela observância estrita de seus dispositivos e pelo direcionamento das políticas e da ação supletiva para, junto com estados, o Distrito Federal e os municípios, cumprir as diretrizes nele estabelecidas.

É o parecer, S.M.J.

Brasília, 26 de junho de 2015.

WALISSON MAURÍCIO DE PINHO ARAÚJO

Coordenador-Geral de Apoio a Gestão Democrática, Assistência e Acompanhamento dos
Sistemas de Ensino

De acordo,

Brasília, 26 de junho de 2015.

GERALDO GROSSI JÚNIOR
Secretário, Substituto

EM BRANCO





CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRIMEIRA-SECRETARIA

Ofício 1ªSec/RI/1/nº 1105 /15

Brasília, 24 de julho de 2015.

Exmo. Senhor Deputado
IZALCI
Gabinete 602 – Anexo 4

Assunto: **resposta a Requerimento de Informação**

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Aviso nº 118/2015-GM/MEC, de 21 de julho de 2015, do Ministério da Educação, em resposta ao **Requerimento de Informação nº 565/2015**, de sua autoria.

Atenciosamente,


Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Resposta a Resposta
em 24/7/15 às 14:40 horas
Assinado por: 
(Ingravel, por arquivado)
Protocolo nº: 248881-



Documento : 4623 - 1/jmc

CÂMARA DOS
DEPUTADOS